Globethics Repository



Preservar o Pantanal é mais barato do que utilizá-lo [Preserving the Pantanal is cheaper than using it]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-07 15:03:04
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160403

Preservar o Pantanal é mais barato do que utilizá-lo

Para o pesquisador do Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal, André Steffens Moraes, a contribuição global para preservação do Pantanal se justifica pelos benefícios que o resto do mundo assegura em troca da continuidade da existência da fauna, da flora e dos habitats no Pantanal

Por Patrícia Fachin

Autor de um estudo que estima o valor econômico total do Pantanal, o pesquisador André Steffens Moraes diz que é mais rentável para a sociedade preservar o ecossistema do que utilizá-lo para fins econômicos. Segundo ele, os benefícios ambientais possuem abrangências diferentes, por isso "os valores econômicos de um hectare de Pantanal foram classificados em benefícios privados, públicos e locais e benefícios globais. Esta classificação é útil porque cada tipo de benefício pode ser visto como correspondendo a diferentes beneficiários: o pecuarista, o governo (ou a nação brasileira) e o planejador social mundial, todos, por hipótese, buscando maximizar a utilidade do uso da terra do Pantanal".

Na entrevista que segue, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Moraes explica os benefícios da conservação do ecossistema e ressalta que o Pantanal fornece serviços ecológicos locais e regionais, como a oferta de água e o controle de erosão. Em função desses benefícios públicos, ele argumenta que o governo brasileiro deveria "desestimular a conversão de áreas florestadas em pastagens e estimular sua conservação, já que os custos do desmatamento (benefícios locais privados e públicos perdidos) são de US$ 7.387/ha, enquanto que os benefícios são de apenas US$ 28,2/ha".

Os benefícios globais "incluem valores de uso direto (recreação), indireto (como regulação de gases e do clima), assim como os valores de opção e de existência, alcançando quase US$ 10.100/ha/ano. Como referência, os benefícios do desmatamento para o pecuarista foram estimados em US$ 28,2/ha". Nesse sentido, ressalta, "os benefícios externos do Pantanal alcançam US$ 10.062/ha/ano, a diferença entre os benefícios de conservar e de converter um hectare de área florestada do Pantanal. Assim, um planejador global (isto é, a comunidade internacional) deve oferecer incentivos para que o Brasil preserve o remanescente do Pantanal, e transferências acima desse valor serão necessárias para assegurar que o desmatamento seja efetivamente eliminado ou reduzido".

André Steffens Moraes possui graduação em Oceanografia Biológica pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, especialização em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras, mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, doutorado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, aperfeiçoamento em Valoração Econômica de Recursos Ambientais pelo Center For Social And Economic Research On The Global Environment, aperfeiçoamento em Aplicação de Técnicas em Economia Ecológica pela South Florida Water Management District. Atualmente é pesquisador do Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Emprapa. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Há quantos anos a pecuária é desenvolvida no Pantanal? Como, ao longo do tempo, ela transformou o cenário pantaneiro?

Andre Steffens Moraes – Vários historiadores consideram que os primeiros bovinos chegaram à antiga Capitania de Mato Grosso após 1730, com a abertura do caminho entre Goiás e Cuiabá. Os bovinos sempre acompanharam os modelos de movimentação dos diferentes povos, o mesmo ocorrendo no processo de ocupação do Pantanal. No início da colonização, homem e bovino alargaram as fronteiras e lutaram para adaptarem-se às condições da região. Durante cerca de 300 anos a base da economia do Pantanal foi o bovino pantaneiro (também denominado Tucura). No início do século passado, entretanto, esta raça nativa foi gradativamente sendo substituída por raças zebuínas, que atualmente predominam amplamente. Ao longo do tempo, a pecuária pouco transformou o cenário pantaneiro, pois vem sendo desenvolvida de forma extensiva, com

baixa densidade de bovinos e tendo os pastos nativos como principal fonte para alimentação dos animais. Somente com a introdução de pastos cultivados, a partir dos anos 1970, é que houve maior interferência humana na paisagem, mas sem modificar o fato – amplamente reconhecido – de que a pecuária extensiva é uma alternativa produtiva que contribui para a conservação do Pantanal. A pecuária é hoje, como foi no passado, a principal atividade econômica da região.

IHU On-Line - Alguns pesquisadores são contra a criação de gado na região pantaneira e outros alegam que o manejo de gado é sustentável. Como o senhor descreve a atual situação da pecuária no Pantanal? Quais são os prós e contras desse desenvolvimento?

Andre Steffens Moraes – Desconheço os argumentos específicos daqueles que são contra a criação de gado bovino no Pantanal. Possivelmente tais argumentos são gerais e mais relacionados à forma como a pecuária vem sendo desenvolvida em outras regiões, em sistemas de produção diferentes e certamente mais intensivos em relação aos sistemas em uso no Pantanal. Isso porque o sistema de produção de gado extensivo praticado no Pantanal é desenvolvido em equilíbrio com a natureza, muito próximo de um sistema sustentável. Tanto é que a maioria dos impactos ambientais negativos comumente atribuídos à pecuária bovina não se aplica ou tem baixa intensidade no Pantanal. É o caso, por exemplo, da eliminação e/ou redução da fauna e flora nativas em decorrência do desmatamento de áreas para implantação de pastos cultivados, de menor importância no Pantanal em relação a outras regiões, já que 87% da vegetação nativa desse ecossistema se mantém intacta ainda hoje. Ou então, da perda de nutrientes e aumento da degradação e compactação dos solos decorrentes do pisoteio intensivo do gado ou do superpastejo, já que as densidades animais são baixas no Pantanal. E ainda, da contaminação pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes, uma vez que tais substâncias, como regra, não são e não foram empregadas no sistema de produção.

"Durante cerca de 300 anos a base da economia do Pantanal foi o bovino pantaneiro (...) No início do século passado, entretanto, esta raça nativa foi gradativamente sendo substituída por raças zebuínas"

Por outro lado, o termo sustentável deve se aplicar a todos os aspectos da atividade humana - sociais, econômicos, culturais, éticos, e não somente aos ambientais. Nesse sentido, é possível que o manejo tradicional do gado no Pantanal esteja em vias de não mais ser economicamente sustentável, pois a relativa baixa produtividade do sistema extensivo implica em baixa rentabilidade. E a perda de sustentabilidade econômica pode trazer consigo a perda da sustentabilidade de todo o sistema (ecológica, social, cultural, etc.). Muitos pecuaristas tradicionais da região veem uma solução na intensificação da pecuária; outros nem essa opção têm, precisando vender suas propriedades. Certamente nenhuma dessas soluções é adequada. As desvantagens da intensificação são evidentes, principalmente as ambientais, pois intensificar a produção usualmente implica o uso de pastos cultivados, mais (e novos) insumos e mais energia para esse sistema funcionar. E os novos proprietários, usualmente de fora do Pantanal, além de buscar maior intensificação do sistema de produção, normalmente são pouco comprometidos com a cultura e os costumes regionais. Sem falar que a perda da posse da terra representa uma condição extrema para famílias de pecuaristas que muitas vezes estavam estabelecidas há décadas no Pantanal, e em muitos casos, mais tempo ainda. Assim, um modelo de produção verdadeiramente sustentável deve buscar alternativas que atendam simultaneamente ao aumento da rentabilidade e à manutenção da diversidade biológica. Dado que o modo tradicional de produção da pecuária pantaneira já está próximo ao de uma pecuária sustentável, e que as novas demandas da sociedade sinalizam que a sustentabilidade é importante, há necessidade de ajustar o sistema tradicional para atender a essas demandas. E, de fato, muitos pecuaristas já estão avançando nessa direção.

Assim, a pecuária pantaneira está em um processo de transição, ou talvez mais propriamente, de adaptação de seu sistema tradicional para um sistema ainda mais voltado ao equilíbrio entre suas partes componentes. Um sistema que busca produzir de forma social e ambientalmente responsável; um sistema menos intensivo no uso de insumos e energia e livre de produtos nocivos à saúde humana, capaz de oferecer e garantir um produto de qualidade; e, certamente, um sistema que não descuide do importante aspecto da rentabilidade econômica. Enfim, um sistema verdadeiramente sustentável.

A pecuária orgânica é outro exemplo das mudanças pelas quais vem passando a pecuária regional. Criada em 2001, por pecuaristas do Pantanal, que identificaram a pecuária orgânica certificada como uma atividade promissora do ponto de vista econômico, ambiental e social, a Associação Brasileira de Pecuária Orgânica - ABPO, reúne atualmente 20 propriedades do Pantanal, ocupando uma área com mais de 110 mil hectares e um rebanho estimado em 55 mil cabeças de gado.

É essa a atual situação da pecuária pantaneira, em franca evolução para novas formas de produzir.

IHU On-Line - Em que áreas da região pantaneira se concentra o desenvolvimento da pecuária?

Andre Steffens Moraes – O Pantanal pode ser subdividido em diferentes sub-regiões em função de características como regime de inundação, tipo de solo e de vegetação, entre outros. Em termos do rebanho, a pecuária pantaneira se concentra em duas dessas sub-regiões, a Nhecolândia e o Paiaguás, ambas ao leste do Pantanal.

IHU On-Line - Um estudo publicado recentemente pelo Ministério do Meio Ambiente e por algumas ONGs constata que a vegetação do Pantanal está sendo desmatada. A expansão da pecuária contribuiu para esse fenômeno?

Andre Steffens Moraes – De fato, o estudo registra que o desmatamento está crescendo no Pantanal, mas a uma taxa muito pequena, de 2,5% no período de 2002 a 2008, a maior parte devido à transformação de áreas nativas em pastagem cultivada. O mesmo estudo mostra que o Pantanal mantém 87% de sua vegetação intacta. Estudo anterior (2002) apresenta resultado semelhante.

Estamos nos referindo ao estudo intitulado "Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto Paraguai - Porção Brasileira", realizado por demanda da WWF-Brasil, Ecoa, Avina, SOS Pantanal e Conservação Internacional (a Embrapa Pantanal atuou como consultora técnica).

IHU On-Line - Como a pecuária, principal atividade econômica da região, se insere na vegetação nativa?

Andre Steffens Moraes – Como o sistema de produção é extensivo, os animais recebem poucos cuidados e são mantidos quase que exclusivamente de pastagens nativas. Essas pastagens em geral têm baixa qualidade nutricional e marcada sazonalidade, mas são a base da nutrição dos rebanhos. Os extensos campos formados por pastagens naturais que a região apresenta são capazes de suportar a produção dos animais.

IHU On-Line - Como a pecuária interfere na fauna e flora nativas? Ela altera os serviços ambientais como o controle de inundações?

Andre Steffens Moraes – Potencialmente, o principal impacto da pecuária é no sentido de eliminar e/ou reduzir a fauna e a flora nativas em consequência do desmatamento para expansão da atividade, particularmente para implantação de pastagens exóticas. Contudo, no Pantanal, como o crescimento do desmatamento para esta finalidade tem sido pequeno nos anos recentes, a magnitude deste impacto tende a ser pouco significativa na região. O mesmo ocorre com outros

"O principal impacto da pecuária é no sentido de eliminar e/ou reduzir a fauna e a flora nativas em consequência do desmatamento para expansão da atividade"

impactos adversos, como o pisoteio intensivo e a compactação do solo, o superpastejo da vegetação e o uso do fogo, a utilização de agrotóxicos e fertilizantes, etc. Independente da magnitude dos impactos, o fato é que a implantação de pastagens cultivadas altera o perfil ecológico da área onde essas pastagens são introduzidas, afetando os bens e serviços oferecidos pelas funções do ecossistema e pelos recursos naturais presentes naquela área. Dado que o Pantanal apresenta um conjunto complexo de funções ecológicas, uma variedade ampla de bens e serviços pode ser afetada.

IHU On-Line - É possível o manejo sustentável do gado no Pantanal?

Andre Steffens Moraes – A sustentabilidade dos sistemas de produção tem sido constantemente debatida nas últimas décadas, enfocando a influência dos bovinos sobre o ambiente e a conservação de recursos genéticos animais. O termo sustentabilidade vem sendo usado amplamente, de acordo com os interesses e os sistemas de valores da sociedade. Porém, quando não definido precisamente, perde o seu real significado. Segundo definição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, o manejo sustentável envolve a "conservação de recursos naturais e o repasse de tecnologias, de modo que assegurem o alcance e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável não degrada o ambiente, é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável".

Considerando que no Pantanal aproximadamente 87% da vegetação nativa está intacta e que a pecuária bovina de corte é a principal atividade econômica da região, pode-se concluir que o manejo do gado está sendo feito corretamente. Portanto, é possível, sim, o manejo sustentável do gado no Pantanal. Mas talvez o mercado desconheça este fato, sendo, então, importante mostrar que a pecuária pantaneira fornece alimentos seguros, produzidos de forma sustentável. Para tanto, basta estabelecer um conjunto de normas e procedimentos que devem ser obrigatoriamente observados para manter o sistema eficiente e rentável. Esse conjunto de indicadores, ao avaliar alguns parâmetros de saúde, estado nutricional e bem-estar dos animais, do estado de conservação das pastagens nativas e do solo, etc., irá refletir e monitorar a sustentabilidade do sistema de produção.

IHU On-Line - Qual é a filosofia do ecoturismo no Pantanal? Tal prática é viável?

Andre Steffens Moraes – O ecoturismo no Pantanal não pode ser encarado apenas como uma forma de aproveitar uma oportunidade do mercado, pois corre o risco de vir a ser uma atividade desordenada e sem credibilidade. Para que possa se desenvolver regionalmente deve ser planejado e gerenciado como uma atividade econômica produtiva que de fato é. No Pantanal as possibilidades são excelentes, pois várias características regionais são promotoras do ecoturismo: grande visibilidade de uma rica e variada fauna, inúmeras opções em termos de turismo de pesca, variedade de ambientes com belas paisagens, possibilidade de isolamento e distanciamento das facilidades e atribulações da civilização, cultura rica em crenças e tradições, culinária típica também rica e variada, e outros. Dessa forma, o ecoturismo no Pantanal, desde que desenvolvido com responsabilidade e dentro de seus princípios conceituais, poderá vir a ser um instrumento capaz de gerar renda, empregos, contribuir para manter a qualidade do ambiente e valorizar a cultura e as tradições locais.

IHU On-Line - Na sua tese, o senhor desenvolveu a valoração econômica de recursos naturais, atribuindo um valor econômico aos recursos naturais e serviços ambientais. Como fica essa equação de benefício privado e custo ambiental a partir do desenvolvimento da pecuária?

Andre Steffens Moraes – Quando uma área do Pantanal é desmatada, degradada ou convertida para outros usos (por exemplo, para introdução de pastagens cultivadas), se perdem valores importantes, às vezes irreversivelmente. Assim, os custos desta opção de uso devem incluir, além dos custos diretos da conversão (por exemplo, limpeza e queima), os custos dos demais valores perdidos devido à conversão. Esses custos incluem o valor das funções ambientais perdidas (como proteção de bacias hidrográficas, manutenção de microclima e biodiversidade) e o valor dos recursos naturais perdidos (como madeira, produtos não madeireiros e vida selvagem). Quando a conversão é feita, esses benefícios coletivos são perdidos. Na avaliação privada, essas perdas não representam custos diretos, mas sob a ótica da sociedade essas perdas representam custos ambientais: os benefícios do desmatamento são privados, mas os custos são sociais. Quando os custos ambientais da pecuária recaem principalmente sobre outras pessoas, existe uma forte razão para a aplicação de impostos e taxas para fazer recair estes custos sobre o sistema de produção. Assim, por exemplo, se a poluição da água pelo gado aumentar os custos do tratamento da água, então os custos deste tratamento devem ser recuperados junto aos produtores do gado.

Por outro lado, o pecuarista que optar por não converter as áreas florestadas para pasto cultivado deve ser compensado, já que as áreas preservadas proporcionam benefícios para terceiros (para a sociedade), na forma de serviços ambientais. Até mesmo o produtor que pretenda implantar pasto cultivado pode ser induzido a mudar de ideia, desde que a compensação monetária seja pelo menos equivalente àquela que seria recebida pela pecuária em pasto cultivado. Incentivos econômicos bem desenhados (tais como programas de compensação) podem assegurar que parcelas significativas do setor privado se comportem de acordo com objetivos sociais (a conservação).

> **"Quando uma área do Pantanal é desmatada, degradada ou convertida para outros usos (por exemplo, para introdução de pastagens cultivadas), se perdem valores importantes, às vezes irreversivelmente"**

Uma vez que tais benefícios podem ter diferentes abrangências – privados ou públicos e locais, regionais ou globais -, contribuições ou transferências monetárias de outras regiões brasileiras ou de outras partes do mundo podem ser justificadas como forma de assegurar que o desmatamento seja efetivamente eliminado ou reduzido, garantindo a continuidade do fluxo de benefícios proporcionado pelos bens e serviços do ecossistema Pantanal.

IHU On-Line - Quanto vale um hectare no Pantanal em termos de serviços naturais? É possível também estimar o valor econômico total do ecossistema?

Andre Steffens Moraes – Numerosos estudos têm buscado estimar o valor econômico dos ecossistemas, e o conceito de valor econômico total (VET) se tornou uma abordagem amplamente usada para avaliar o valor utilitário da natureza. A maioria dos métodos de valoração, entretanto, não pretende medir o valor econômico total, mas apenas parte dele. Por exemplo, muitos estudos avaliam apenas os valores de uso direto, como o turismo, a oferta de alimentos e os recursos florestais não madeireiros. Outros estimam apenas os valores de uso indireto, que são os bens e serviços ambientais oriundos das funções do ecossistema, como a manutenção da diversidade genética, o controle de erosão e a ciclagem de nutrientes. E há, ainda, outros valores, como aqueles decorrentes da opção de uso no futuro e os não associados a qualquer uso, seja atual ou futuro (valor de existência).

Não é nada confortável para um pesquisador determinar um valor monetário para um bem ou serviço ambiental, por várias razões. Primeiro, pela dificuldade em medir tais valores, já que muitos deles não são transacionados no mercado (não tem preço de mercado) e seu uso, muitas vezes gera, efeitos externos (positivos e negativos) sobre outros setores da economia e da sociedade, de modo que medidas precisas podem ser difíceis de obter e gerar controvérsias. Segundo, muitos estudiosos afirmam que não é um ato ético atribuir valor monetário à natureza e que os métodos utilizados para inferir valores monetários dos bens e serviços ambientais não são válidos nem confiáveis. Argumentam que o valor que as pessoas atribuem à natureza não se baseia em valores utilitários ("de mercado") e que não se pode colocar valor em coisas "intangíveis" como a vida. Também é preciso lembrar que nem sempre as funções e serviços podem coexistir: ecoturismo não combina com extração de madeira e a conservação impede a utilização para outros usos. E se o serviço está subexplorado (como o turismo no Pantanal), seu valor não será corretamente refletido no valor econômico total do ecossistema. Considere-se, ainda, que cada método apresenta limitações em sua cobertura de valores, a qual, em geral, está associada ao grau de sofisticação metodológica e de dados exigida, às hipóteses sobre o comportamento do consumidor e aos efeitos do uso do ambiente sobre os recursos e em outros setores da economia. Os valores estimados também podem depender de fatores contextuais do ecossistema em estudo (densidade de população, níveis de renda, etc.), e podem estar baseados na utilização total da área ou não. Enfim, é difícil que as estimativas não sejam subestimativas ou superestimativas do verdadeiro valor do ecossistema.

Por isso, os valores econômicos resultantes dos estudos de valoração devem ser vistos como ordens de

magnitude, não representando necessariamente valores absolutos. Mesmo porque a maioria dos estudos expressa os valores em termos de valor médio por hectare, dando ideia de que cada hectare é igualmente produtivo ou valioso, o que, evidentemente, não é o caso. (Calcular valores por hectare para o Pantanal implica que toda a vasta extensão da região tem uma "qualidade" uniforme.) Não obstante, a demanda por estimativas do valor dos bens e serviços ambientais é crescente, por sua utilidade em oferecer aos tomadores de decisão (políticos, gestores de programas etc.) a informação sobre os custos e benefícios de usos alternativos, que, do contrário, não seriam considerados nas decisões sobre a utilização de um determinado ecossistema.

Feitas essas ressalvas, passemos aos valores. Os dados que utilizamos para estimar o valor econômico total do Pantanal (VET) foram obtidos de trabalhos em sua quase totalidade realizados para o Pantanal, em diferentes anos, por diferentes pesquisadores, utilizando diferentes métodos de valoração. Para alguns poucos serviços para os quais não havia estimativas para o Pantanal, foram utilizados resultados médios de outras regiões (transferência de benefícios). Todos os resultados foram padronizados para uma base comum, em dólares estadunidenses por hectare por ano, a preços constantes de 2007 (corrigidos pela inflação). Por se tratar de uma estimativa de valor total, todos os tipos de valores foram incluídos: valor de uso direto e indireto, valor de opção e valor de existência. Em função das hipóteses dos estudos considerados e das incertezas envolvidas, procedimentos alternativos de cálculo foram realizados. Considerando a alternativa de cálculo com os valores máximos, o valor econômico total do Pantanal foi estimado em US$ 17.477/ha/ano (a preços de 2007).

Com relação aos serviços do ecossistema (valores de uso indireto), foram considerados 17 diferentes serviços. A contribuição relativa desses serviços para o valor total do Pantanal foi de US$ 7.628/ha/ano (a preços de 2007), representando, portanto, 44% do valor total.

IHU On-Line - De acordo com sua pesquisa, quanto a sociedade perde, em valor monetário, quando desmata o Pantanal?

Andre Steffens Moraes - Como os benefícios ambientais possuem abrangências diferentes, os valores econômicos de um hectare de Pantanal foram classificados em benefícios privados locais, benefícios públicos locais e benefícios globais. Esta classificação é útil porque cada tipo de benefício pode ser visto como correspondendo a diferentes beneficiários: o pecuarista, o governo (ou a nação brasileira) e o planejador social mundial, todos, por hipótese, buscando maximizar a utilidade do uso da terra do Pantanal. Esta classificação também é útil para dar uma ideia do tipo de transferência de benefícios que potencialmente pode ocorrer, no caso de se pretender estabelecer compensações ambientais.

Em nosso estudo, os benefícios privados locais potenciais derivados de um hectare de área de Pantanal consistem das receitas oriundas da extração sustentável de madeira e de produtos florestais não madeireiros, mais as receitas geradas pelo ecoturismo e pela pecuária em pasto nativo, totalizando US$ 273/ha/ano. O ecossistema Pantanal também fornece serviços ecológicos a nível local e regional, como oferta de água e controle de erosão, que se constituem em benefícios públicos locais, cujo valor total por hectare alcança US$ 7.127/ano. Já os benefícios globais incluem valores de uso direto (recreação), indireto (como regulação de gases e do clima), assim como os valores de opção e de existência, alcançando quase US$ 10.100/ha/ano. Como referência, os benefícios do desmatamento para o pecuarista foram estimados em US$ 28,2/ha.

Do ponto de vista do governo brasileiro, a melhor opção de desenvolvimento é desestimular a conversão de áreas florestadas em pastagens e estimular sua conservação, já que os custos do desmatamento (benefícios locais privados e públicos perdidos) são de US$ 7.387/ha, enquanto que os benefícios são de apenas US$ 28,2/ha. O que se deixa de produzir, potencialmente, em função da preservação dessas áreas, isto é, o custo de oportunidade de manter as áreas preservadas, é irrisório em comparação com os benefícios potenciais. Assim, os benefícios da preservação compensam o custo de oportunidade de privar a terra do desenvolvimento (isto é, de fazer a conversão para pastos cultivados). Os benefícios locais privados potenciais são inteiramente perdidos com o desmatamento. Quanto aos benefícios públicos locais, talvez fosse mais adequado falar em redução de benefícios, uma vez que alguns dos serviços ambientais que geram esses benefícios podem não perder totalmente suas funções.

Em nível global, os benefícios externos do Pantanal alcançam US$ 10.062/ha/ano, a diferença entre os benefícios de conservar e de converter um hectare de área florestada do Pantanal. Assim, um planejador global (isto é, a comunidade internacional) deve oferecer incentivos para que o Brasil preserve o remanescente do Pantanal, e transferências acima desse valor serão necessárias para assegurar que o desmatamento seja efetivamente eliminado ou reduzido. Esta contribuição se justifica como uma compensação pelos benefícios que o resto do mundo assegura da continuidade da existência da fauna, da flora e dos habitats no Pantanal. Caso isso não aconteça, o desmatamento, em tese, deverá continuar até que seja lucrativo preservar as áreas florestadas a nível privado.

IHU On-Line - Qual é a capacidade de suporte do Pantanal para o desenvolvimento da pecuária?

Andre Steffens Moraes - Em termos de taxa de lotação, há variação entre regiões e mesmo entre propriedades. Mas na pecuária extensiva tradicional a capacidade de suporte fica ao redor de quatro ha/cabeça.

Leia Mais...

Para mais informações, visite o sítio: http://www.cpap.embrapa.br. Publicações eletrônicas sobre o tema estão disponíveis em: http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/index.php.